

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.261 - SP (2019/0011381-5)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : CLIM PEC SERVICOS MEDICOS S/S
ADVOGADOS : MARCELO APARECIDO TAVARES - SP126397
FABIANA MENDONÇA DE FREITAS PINHEIRO - SP276548
RECORRIDO : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E
OUTRO(S) - SP273843

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL E DE SÚMULA. DESCABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de cobrança.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por CLIM PEC SERVIÇOS MÉDICOS S/A, fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 06/02/2018.

Concluso ao gabinete em: 25/01/2019.

Ação: de cobrança, ajuizada por SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE, em face da recorrente.

Decisão interlocutória: reconheceu a ilegitimidade passiva da recorrente em razão de erro material, determinando sua substituição, bem como fixou os honorários advocatícios ao seu patrono em R\$ 1.000,00. Além disso, reputou ausentes os requisitos informadores de má-fé ou de ato atentatório à dignidade da justiça.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO ILEGITIMIDADE – Empresa incluída equivocadamente no polo passivo, a partir da indicação errônea de seu CNPJ no contrato celebrado entre terceiros – Erro admitido pela autora, que pleiteia a substituição da ré - Decisão que, reconhecendo a existência de erro material incontroverso, determina a retificação e condena a autora ao pagamento de honorários advocatícios ao procurador da empresa ré excluída, rejeitando a alegação de ato atentatório à dignidade da justiça e de litigância de má-fé – Inconformismo da ré substituída – Pedido de condenação da autora na indenização de honorários advocatícios contratuais e também ao pagamento de multas previstas no CPC – Rejeição – Mero desdobramento de erro material referente ao preenchimento de dados, sem intenção fraudulenta - Ausência de requisitos para aplicação de multa por litigância de má-fé e por ato atentatório à dignidade da justiça - Inexistência do dever de indenizar honorários convencionais - Decisão mantida – NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.

Recurso especial: alega violação do art. 5º, V e X, da CF/88, dos arts. 186 e 927, do CC/02, da Súmula 227/STJ, dos arts. 77, VI, 80, II, e 81, do CPC/15.

Sustenta que o recorrido deveria ser condenado ao pagamento de indenização por danos morais, além de danos materiais, para ressarcir os valores gastos com advogado, visto que teria dado causa ao processo no qual, indevida e ilicitamente, teria incluído a recorrente no polo passivo da demanda. Afirma que haveria a litigância de má-fé e que deveria ser aplicada multa por ato atentatório à justiça.

Admissibilidade: o recurso foi admitido na origem pelo TJ/SP.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/15

- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre

violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em seu recurso especial quanto à ocorrência de danos morais. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à conclusão de que teria ocorrido um erro meramente material, que não estariam presentes os requisitos informadores para aplicação das penalidades por ato atentatório à dignidade da justiça e litigância de má-fé, bem como quanto à impossibilidade de reembolso dos honorários contratuais (e-STJ, fls. 289/291), exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora